

Discente: Escrito por Hugo Sanches da Silva Picanço.

Relatório da Palestra Proferida pela Professora Cristina Manesch no dia 21 de maio de 2024, no auditório do IFCH sobre o tema: Contribuições da Abordagem de Nancy Fraser para a Construção do Desenvolvimento Sustentável¹.

Na palestra de hoje, ministrada pela professora Cristina Manesch, foi abordado o conceito de sustentabilidade. A professora utilizou as ideias do autor José Eli Veiga para explicar o desenvolvimento sustentável, destacando a persistência de características necessárias e desejadas tanto das pessoas quanto do ecossistema, ou seja, valores. Veiga enfatiza a importância da liberdade de escolha na determinação de como queremos viver e qual é a melhor forma de viver. Além disso, a professora Manesch fez uma correlação entre as ideias de Veiga e as de Amartya Sen.

José Eli Veiga define sustentabilidade como a capacidade de um sistema de manter suas funções essenciais e processos ao longo do tempo. Ele enfatiza que a sustentabilidade não é apenas uma questão ambiental, mas também envolve dimensões econômicas e sociais. O ponto central do debate trazido por este autor é que a sustentabilidade envolve a persistência de características desejáveis tanto nas pessoas quanto nos ecossistemas. Isso inclui valores como equidade, justiça e liberdade de escolha. Ele acredita que as pessoas devem ter a liberdade de escolher como querem viver, desde que essas escolhas não comprometam a sustentabilidade do sistema como um todo.

A aproximação que a professora Cristina Manesch quis fazer entre o professor José Eli Veiga e o livro "A Ideia de Justiça", de Amartya Sen, reside no fato de que Amartya Sen afirma que a compreensão da justiça inevitavelmente envolve o uso da razão. Segundo Sen, devemos interpretar o que sentimos e percebemos, questionando o que essas percepções indicam e como podemos considerá-las sem sermos sobrecarregados por elas. Nos dez primeiros capítulos de seu livro, Sen aborda temas como liberdade, capacidade, a conexão com a ideia de justiça e a busca pela democracia. Esses conceitos se conectam

¹ Redigido pelo discente Hugo Sanches da Silva Picanço, de acordo com seu caderno de anotações no momento da palestra. Email: qpacom@gmail.com

profundamente com a questão da sustentabilidade, pois envolvem a autonomia e a qualidade de vida. A autonomia, por sua vez, está intrinsecamente ligada à liberdade de escolha e à democracia.

Gostaria de exemplificar a proximidade entre os conceitos dos dois autores com base na minha própria experiência. A ideia de sustentabilidade envolve participação. No entanto, como podemos falar de sustentabilidade em um modelo representativo que enfrenta várias limitações? Não consigo vislumbrar uma forma de superar a representatividade, pois trata-se de uma engrenagem complexa. Embora eu não deseje aprofundar essa discussão, acredito ser necessário que minha ideia e meu modo de vida encontrem ressonância no espaço público. Por exemplo, se eu tenho uma visão mais comunitarista e sinto a necessidade de proteger o meu ambiente, como um parque ambiental próximo à minha residência, como posso fazer isso e quais são os instrumentos disponíveis para minha participação? É fundamental que existam mecanismos que permitam a expressão e a defesa dessas ideias no espaço público, garantindo que a sustentabilidade seja alcançada de maneira inclusiva e democrática.

Lembro-me de uma leitura que fiz durante minha participação em um congresso de sociologia brasileiro, realizado na Universidade Federal do Pará, onde conheci a professora Maria da Glória Gohn. Ela discorreu sobre os movimentos sociais e as redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo, o que me mobilizou profundamente. Considerando isso, como podemos pensar essa forma de participação que se relaciona com os conceitos de ecossistema, valores, sustentabilidade e a ideia de justiça de Amartya Sen?

Se temos uma democracia representativa e uma elite dirigente, como podemos superar esse bloqueio? A professora Maria da Glória Gohn oferece uma perspectiva interessante para refletir sobre os movimentos sociais e suas estratégias para romper essas barreiras. Sua abordagem é valiosa para entender como esses movimentos podem promover uma participação mais efetiva e inclusiva, alinhada aos princípios de justiça e sustentabilidade. Mas enfim, estou apenas num relatório de palestra e não pretendo me aprofundar, mas sim registrar as principais ideias da professora palestrante.

A partir das ideias apresentadas por esses dois autores, a professora começou a discutir a liberdade de escolha e como viver em sociedade. Ela destacou de maneira precisa que as mulheres, historicamente, não têm tido a opção e a liberdade de escolha, uma marca que se perpetua ao longo do tempo. A professora então fez uma observação crucial: como alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas?

Essa questão envolve, de certa forma, escolhas, liberdade, autonomia e valores, aspectos que foram invisibilizados por muito tempo. Para ilustrar essa preocupação, a professora apresentou um relatório da ONU que aborda diversas hipóteses e questões relacionadas a gênero, classe e raça. Esse relatório evidencia a necessidade de uma abordagem interseccional para promover a igualdade e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

A professora fez uma leitura do item 5 desse relatório da ONU, no qual é necessário reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, além da promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família. Portanto, pouco se fala na reversão sexista.

A partir disso, a professora utiliza as ideias de Nancy Fraser, uma filósofa afiliada à Escola do Pensamento conhecida como Teoria Crítica, para realizar uma análise feminista da crise social no capitalismo neoliberal. Nancy Fraser, formada pela Universidade de Nova York, escreve de maneira muito didática e objetiva. A professora então aplica essa análise ao desenvolvimento sustentável e às questões climáticas, que estão atualmente em destaque.

Além disso, a professora aborda dois pressupostos fundamentais, baseados nas ideias de Karl Polanyi (aquele livro “a grande transformação” e Marx “teoria marxista”, para discutir o conceito de crise no século XXI.

Dentro desse contexto, a professora destaca dois aspectos fundamentais sobre a situação que estamos vivendo. O problema é multidimensional, abrangendo tanto questões econômicas quanto ecológicas. Ela citou o exemplo

do Rio Grande do Sul para ilustrar a questão dos marcos fiscais, enfatizando a força do dinheiro e a financeirização da vida. A professora também abordou a austeridade e a preocupação com o chamado equilíbrio fiscal que movimenta a vida social estabelecendo parâmetros.

Aproveito a oportunidade para mencionar que adquiri recentemente o livro "A Ordem do Capital", de Clara E. Mattei, que trata justamente da questão da austeridade. Portanto, a problemática é, de fato, multidimensional.

Uma leitura muito interessante sobre a questão da austeridade, dos marcos fiscais e da financeirização como modo de determinação da vida social é a obra de Ladislau Dowbor, que é um livro muito bom. Além disso, a professora Maria Lúcia Fattorelli, que possui um site chamado Auditoria Cidadã, onde é possível encontrar muitos dados relevantes sobre o tema.

A professora iniciou sua fala destacando que a questão da liberdade e da autonomia nas escolhas é frequentemente secundarizada, pois o aspecto financeiro tende a preponderar e comandar as decisões. A regularidade fiscal influencia diretamente o papel do Estado, e isso é exacerbado pelas políticas ultraliberais. Ela questionou se não aprendemos nada com a pandemia de COVID-19 e com os recentes desastres ambientais, como o ocorrido no Rio Grande do Sul. A professora enfatizou que o Estado precisa ter autoridade e autonomia para enfrentar esses desafios, mas ainda somos muito tímidos nesse aspecto. Ressaltou, ainda, que os problemas fiscais e ecológicos estão interligados.

A partir disso, a professora destacou, com base na Fraser que o capitalismo é uma ordem social institucionalizada, onde o mercado ocupa uma posição central. Ela enfatizou a necessidade de emancipação em relação ao mercado, reconhecendo que ele possui elementos emancipadores. É fundamental compreender a distinção entre uso e troca, e reconhecer que o econômico depende de outras configurações para existir, mas que ele aniquila na disputa essas configurações.

Diante desse aspecto, a crítica feminista ao capitalismo é relevante, especialmente no que tange ao conceito de justiça de Nancy Fraser, que aborda a distribuição de recursos produtivos e de renda. É necessário implementar essas ideias em uma sociedade que é extremamente centralizadora e acumuladora. Fraser destaca a importância do reconhecimento das contribuições e da dignidade dos diferentes grupos sociais, bem como a representação na linguagem e no domínio simbólico. O neoliberalismo conseguiu captar essas questões socioeconômicas e culturais de forma muito refinada, atravessando diversas esferas. Embora o dinheiro seja uma questão de troca, o capitalismo conseguiu capturar e influenciar essas relações.

Portanto, as dimensões dessa crise do século XXI são financeiras e econômicas, ecológicas, e também envolvem aspectos relacionados à reprodução social, à esfera do cuidado e à crise política. A sociedade depende desses bens comuns e estão sendo sujeitos a processos de compra e venda.

As características dessa sociedade capitalista baseiam-se na divisão de classes, entre proprietários e vendedores de sua força de trabalho. Existe uma dinâmica econômica que valoriza o capital e o lucro, sem se orientar pela satisfação das necessidades, o que é extremamente problemático. A centralidade do mercado faz com que os assuntos humanos mais relevantes, como o cuidado, o tempo livre, a relação com a natureza e as fontes de subsistência, sejam entregues à ação do mercado e à monetarização. Esses são problemas que precisamos enfrentar, pois são lógicas que o capital conseguiu capturar, influenciando até a subjetividade das pessoas. Essa análise é aprofundada na obra de Dardot e Laval, "A Nova Razão do Mundo".

É importante compreender essas condições não econômicas que possibilitam o capitalismo. Percebem? São condições não econômicas que não aparecem explicitamente, mas estão presentes. A reprodução social é fundamental para as condições e possibilidades do sistema capitalista, envolvendo famílias, comunidades e, sobretudo, as mulheres. Fraser oferece uma visão crucial sobre isso, destacando a questão do patriarcado. Além disso, o poder estatal, os bens públicos, a ordem legal, os direitos de propriedade, a segurança, o controle do dinheiro, os transportes e a comunicação, a gestão de crises e a confiança são todas condições não econômicas que operam no

sistema. A questão da natureza, que é um bem comum, também é fundamental, embora muitas vezes não tenhamos ingerência sobre ela.

O capitalismo é muito mais do que apenas economia; é uma ordem social institucionalizada na qual uma arena de atividades e relações econômicas se separa das outras zonas não econômicas, das quais depende, mas que não valoriza. A ordem social de gênero, o pano de fundo ideológico da economia, e a construção das funções de provedor e cuidador como papéis separados, masculinos e femininos, são aspectos muito preponderantes. Estamos estudando a obra de Silvia Federici, que de forma robusta e incisiva demonstra como esses corpos foram invisibilizados e como até mesmo o marxismo não conseguiu abordar adequadamente essa questão.

A professora Cristina Manesc recorrerá a dois autores de suma importância, Karl Polanyi e Karl Marx, a fim de esmiuçar essa crise. Em sua obra seminal, "A Grande Transformação", publicada em 1944, Karl Polanyi discorre sobre uma crise do sistema capitalista que perdurou desde a Revolução Industrial até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A gênese dessa crise reside na transmutação do papel desempenhado pela economia no seio da sociedade. Essa profunda transformação revelou-se crucial para a emergência do fascismo e do socialismo como respostas a esse novo paradigma.

Em seu livro "A Grande Transformação", publicado em 1944, Karl Polanyi analisa as profundas mudanças ocorridas na sociedade e na economia durante o século XIX e início do século XX. Segundo Polanyi, a grande transformação consistiu na transição de uma economia de mercado "embutida" (embedded) na sociedade para uma sociedade "embutida" na economia de mercado.

Antes dessa transformação, a economia estava subordinada às relações sociais e às instituições não econômicas, como a religião, a política e os costumes. No entanto, com o advento do liberalismo econômico e da Revolução Industrial, o mercado passou a ser o princípio organizador da sociedade, subordinando as relações sociais à lógica da oferta e da demanda.

Polanyi argumenta que essa inversão da relação entre economia e sociedade resultou em graves consequências, como a destruição do tecido social, a exploração dos trabalhadores e a degradação ambiental. Ele também

afirma que a tentativa de criar uma sociedade de mercado autorregulável foi uma utopia que levou a uma série de contramovimentos, como o surgimento do socialismo e do fascismo, que buscavam proteger a sociedade dos efeitos destrutivos do mercado.

É fundamental compreender que o capitalismo transcende a mera esfera econômica, constituindo uma ordem social institucionalizada na qual um domínio de atividades e relações econômicas se dissocia das demais esferas não econômicas, das quais depende, mas não confere o devido valor. É precisamente esse ponto que se torna o cerne do interesse da teoria crítica feminista. Nancy Fraser, ao analisar o patriarcado, evidenciará essas zonas não econômicas que alicerçam o capitalismo e são indispensáveis para a sua existência.

É por essa razão que Nancy Fraser vislumbra um movimento tríplice. Ela percebe a crise do capitalismo como um embate entre três dimensões, algo que Polanyi não foi capaz de discernir: a emancipação, a mercantilização e a proteção social. As lutas feministas evidenciam a presença do movimento pela emancipação, um aspecto que era um ponto cego na análise de Polanyi. Mercados e instituições sociais: como se desenrola essa relação entre os mercados e a sociedade? Os mercados enraizados constituem uma norma histórica, estando imbricados em instituições não econômicas e regidos por normas não econômicas. Exemplos disso são os conceitos de preço justo e salário justo. Já os mercados desenraizados foram uma invenção britânica no século XIX, livres de controles extraeconômicos e governados pela lei da oferta e da demanda.

É nesse contexto que a professora Cristina Manesc, embasada pela leitura de Fraser, estabelece uma dicotomia entre sociedade e mercado. As relações não mercantis, outrora robustas antes da grande transformação, enfraquecem-se, a menos que o poder político imponha limites. É crucial compreender que essas relações vão se debilitando, em contraste com a força que detinham anteriormente. A dissolução da sociedade pelo mercado, desde a Revolução Industrial, configura-se como uma imensa catástrofe do século XX. Em resposta, a sociedade reagiu ao mercado, dando origem a movimentos de proteção. Dois indícios dessa reação são o fascismo e o socialismo.

Nesse contexto, deparamo-nos com um movimento duplo. De um lado, temos os protectionistas, aqueles que se empenham em resguardar a sociedade, englobando os esforços de proprietários de terra, trabalhadores urbanos e outros segmentos do tecido social. Do outro lado, em oposição direta à proteção social, encontra-se a mercantilização, que representa o déficit do livre mercado e o empenho em desenraizar os mercados.

Qual é o diagnóstico da crise? A força motriz que permeia os subterrâneos do século XIX é o mercado supostamente autorregulado. Trata-se de uma imensa falácia, uma mentira deslavada, pois ele está longe de ser autorregulado. É, na verdade, um sistema institucional de trocas alicerçado na compra e venda de mercadorias. Esse sistema adquire uma força descomunal e configura uma crise, um diagnóstico preciso da crise que estamos enfrentando atualmente. E a nova grande transformação? No período pós-Segunda Guerra Mundial, presenciamos a existência de um estado devastado e de determinados dispositivos, como os estados de providência keynesianos e os estados de desenvolvimento pós-coloniais. Logo após esse momento, o neoliberalismo passa a atacar esses dispositivos e, nos anos 80, ocorre um novo desenraizamento dos mercados.

Todo esse contexto engendra uma situação de imbricação entre economia e sociedade. Os mercados encontram-se imersos em instituições sociais e subordinados a regras morais, éticas e regulações políticas. Eis o caos que se instaura. Então, a grande transformação: a esfera econômica, outrora apartada da sociedade, passa por uma junção. Terra, trabalho e dinheiro, os fatores de produção, tornam-se um aspecto crucial, as mercadorias fictícias. O mercado expande-se para abarcar os fatores de produção. Em suma, a sociedade de mercado gera uma riqueza crescente, sem freios, e inviabiliza a humanidade. Polanyi defende que o trabalho, o dinheiro e a natureza devem ser subtraídos do controle do mercado. O mercado não constitui uma relação social viável.

Outras mercadorias fictícias entram em cena, e é nesse ponto que começamos a nos aproximar da questão da sustentabilidade. O dinheiro, peça-chave na regulação de crises, é um exemplo. O Estado, então, assume um papel intervencionista, keynesiano, controlando a emissão monetária, estabelecendo regras e injetando dinheiro no mercado, com o intuito de induzir a demanda, a

produção e o emprego. Já a natureza, por sua vez, tende ao esgotamento. O Estado impõe limites e regras ambientais, restringindo a atuação do mercado. As comunidades locais, por seu turno, veem seus direitos de ocupação reduzidos e até mesmo destruídos. À medida que os espaços de liberdade no mercado diminuem, o colapso ambiental começa a se delinear no horizonte.

Levando em consideração todo esse contexto, a professora Cristina Maneschi, embasada nos autores que estudou, como Paulani, Freise e Marx, propõe um modelo de cuidador universal. A ideia central é transformar os padrões correntes de vida das mulheres na norma a ser seguida por todos, ou seja, pessoas que cuidam de outras pessoas. Isso implicaria redesenhar as instituições de modo a permitir que todos possam combinar atividades de cuidado e de provisão, além de uma diminuição da jornada de trabalho para todos e mais serviços de apoio ao exercício do emprego. Esse modelo não pressupõe a transferência dos cuidados para serviços públicos ou para o mercado. Alguns cuidados informais seriam apoiados no lar, não se restringindo apenas a famílias heterossexuais, mas abrangendo também arranjos na sociedade civil e um sistema previdenciário único. Esse cenário configura uma questão ideal a ser almejada.

Um grave problema que evidencia a distopia do momento atual é a expropriação da riqueza de povos subjugados, racializados e colonizados. Essa riqueza é obtida por meio de trabalho não pago ou subremunerado, sem proteção adequada, e inclui a expropriação de riquezas materiais, como terras, depósitos minerais, fontes de energia e saberes. Tudo isso é retirado desses povos. Nesse contexto, é crucial reconhecer três movimentos distintos no século 21: a mercantilização neoliberal, que visa à expansão do mercado; a proteção social, que abrange várias correntes de pensamento; e a emancipação, representada pelos novos movimentos sociais que buscam a libertação e a igualdade.

Em suma, a grande transformação descrita por Polanyi é a mudança fundamental na relação entre economia e sociedade, que passou de uma

Conheça O GEPEM - <https://gepem-ufpa.com.br/>

economia subordinada à sociedade para uma sociedade subordinada à economia de mercado, gerando profundas consequências sociais, políticas e econômicas.

Reescreva de acordo com a língua portuguesa norma culta, aproveitando o máximo possível do texto e para constar no meu relatório que eu estou fazendo da palestra que eu assisti.